

GT35: Drogas, saberes e direitos

Frederico Policarpo, Bia Labate

Essa proposta é uma nova edição do GT que se encontra desde 2013. O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexiste em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

Maricauá, liamba e Dirijo: A maconha no Amazonas (1950-1960)

Autoria: Aline Ribeiro

Nas proximidades do Lago Cururu, quase findava o dia quando seu Tarquínio Oliveira voltava do seu roçado. Agricultor que era, vinha puxando de cabeça seus versos como de costume. Mário Ypiranga, atento, anotava tudo. Afinal, estava pela segunda vez no Manaquiri atrás dessa tal "cultura da maconha". Além dos versos, algo capturava sua atenção: o "dirijo" que Tarquínio fumava. Usada para curar o fastio, ajudar a ter paciência na hora da pescaria, melhorar o humor ou para animar uma comemoração. É assim que diversas comunidades na Amazônia deram sentido ao uso da maconha. O nome científico, *Cannabis Sativa L.*, se perde em meio a tantas nomenclaturas: Liamba, djamba, fumo de negro, dona liamba, dirijo, dirijinho, fumo de Angola e Maricauá, esse, especialmente no Amazonas, no município de Manaquiri. Apesar de presente em diversos ambientes e esferas sociais, o que temos sobre a maconha é um duradouro silêncio sobre a lacuna historiográfica existente sobre o seu uso no Amazonas. Longe de preencher tal lacuna, a problemática em torno da maconha, foi o centro da etnografia de Mário Ypiranga Monteiro, encomendada pelo INPA e publicada na Revista Brasileira de Folclore em 1966, e é sobre ela que me detive para apreender os sentidos acionados na investigação do tema, entre os anos de 1957 a 1962, no Amazonas. Apesar do silenciamento e da interdição, em minha dissertação de mestrado (Ribeiro, 2022) busquei recuperar esses debates, a fim de apreender as matrizes discursivas acionadas nas interpretações em torno dos usos da maconha, por meio da obra "O Folclore da Maconha" (Monteiro, 1966) e compreender, o quanto possível, os sentidos atribuídos ao uso da maconha e o modo como pessoas que o praticavam foram constituídas como objetos de saberes e poderes.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

